



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO:

1.1. Registro de preços para futura aquisição parcelada de materiais para sinalização viária horizontal e vertical, para manutenção, revitalização e implantação da sinalização viária no Município de São Vicente do Sul/RS.

Item/ Catmat	Material Especificado	Quant	Unida de	Valor Unit.	Valor Total
1 603598	Tacha refletiva amarela, bidirecional e lentes na cor Amarelo, Corpo confeccionado com resina de poliéster ou sintética de alta resistência mecânica, com cargas minerais não reativas, amarelo âmbar ou branco, nas dimensões aproximadas de 100 x 80 x 20mm, provido de um pino com parafuso zincado de 5/16" x 2.1/2", cabeça sextavada e rosca ancoradura. - Elementos refletivos em acrílico amarelo âmbar ou branco ou vermelho, com área aproximada mínima de 12 cm² cada, com espelhamento em prata de 1ª qualidade, índice mínimo de refletibilidade de 270 milicandelas/lux a 100m de distância. As lentes refletivas devem estar fixadas em nichos de proteção contra impactos de pneus, sendo que a superfície refletiva da lente deve estar no mesmo plano da superfície da tacha. -Durabilidade e resistência a depredações. -Base retangular (100 x 100mm +/- 10 %) e seções verticais trapezodais, com altura de 20mm. -Resistência à compressão com carga mínima de ruptura > 30000 kg.	100	unid	6,80	680,00
2 603595	Tachão refletivo amarelo, bidirecional, lentes na cor Amarelo, Corpo confeccionado com resina de poliéster ou sintética de alta resistência mecânica, com cargas minerais não reativas, amarelo âmbar ou branco, nas dimensões aproximadas de 250 x 150 x 50mm, provido de dois parafusos zincados de 1/2" x 3.1/2", cabeça sextavada e rosca ancoradura, soldados e uma estrutura interna constituída por chapa de aço com 30mm de largura e 2mm de espessura. -Lentes refletivas em acrílico amarelo âmbar ou branco, com área aproximada mínima de 30 cm² cada, com espelhamento em prata de 1ª qualidade, índice mínimo de refletibilidade de 270 milicandelas/lux a 100m de distância. As lentes refletivas devem estar fixadas em nichos de proteção contra impactos de pneus, sendo que a superfície refletiva da lente deve estar no mesmo plano da superfície do tachão. -Durabilidade e resistência a depredações. -Base retangular (250 x 150mm +/- 10 %) e seções verticais trapezodais, com altura de 55 mm.	100	unid	18,00	1.800,00
3 603599	Tacha refletiva branca, bidirecional, lentes na cor Branco/Vermelho, Corpo confeccionado com resina de poliéster ou sintética de alta resistência mecânica, com cargas minerais não reativas, amarelo âmbar ou	100	unid	7,06	706,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

	branco, nas dimensões aproximadas de 100 x 80 x 20mm, provido de um pino com parafuso zincado de 5/16" x 2.1/2", cabeça sextavada e rosca ancoradoura, -Elementos refletivos em acrílico amarelo âmbar ou branco ou vermelho, com área aproximada mínima de 12 cm² cada, com espelhamento em prata de 1ª qualidade, índice mínimo de refletibilidade de 270 milicandelas/lux a 100m de distância. As lentes refletivas devem estar fixadas em nichos de proteção contra impactos de pneus, sendo que a superfície refletiva da lente deve estar no mesmo plano da superfície da tacha. -Durabilidade e resistência a depredações. -Base retangular (100 x 100mm +/- 10 %) e seções verticais trapezodais, com altura de 20mm. -Resistência à compressão com carga mínima de ruptura > 30000 kg.				
04 619534	Placa de sinalização em ACM - Material Composto de Alumínio, com película refletiva, medindo 50x70cm	200	Unid	259,00	51.800,00
05 249480	Poste de sinalização para placas de trânsito cilíndricos em aço galvanizado de 3mx21/2'	400	Unid	100,00	40.000,00
06 628174	Abracadeira para placas de 60cm. Medindo 21/2X40cm	200	Unid	73,00	14.600,00
07 291286	Parafuso, porca e arruela de 3/8x1"	500	Kit	1,44	720,00
08 289228	Parafuso, porca e arruela de 1/4x3/4	500	Kit	0,39	195,00
09 453726	Rolo para pintura de lã sintética 9cm	100	Unid	9,80	980,00
10 224138	Rolo para pintura de lã sintética 15cm	100	Unid	12,80	1.280,00
11 292135	Rolo para pintura de lã sintética 22cm	100	Unid	12,00	1.200,00
12 460721	Cone de sinalização flexível = com as seguintes características mínimas: Material: Borracha; Tamanho: 75cm altura; Base: 40cm (arredondada); Peso: 3 - 4 kg; Cor: laranja/branca; 2 Faixas refletivas brancas; Orifícios na parte superior p/passagem de fita e/ou colocação de corrente; Norma ABNT 15071	30	Unid	85,00	2.550,00
13 456126	Placa Atenção Bloqueio de trânsito = com as seguintes características mínimas: Em aço galvanizado, Cores refletivas; Tamanho: 40x30cm; Com furos nos cantos da placa para ser presa nas correntes; Placa para ser usada quando for necessário fechar alguma rua para eventos, reformas ou outros motivos	20	Unid	60,09	1.201,80
14 626978	Tinta cor branca para sinalização viária horizontal, resina acrílica base de solvente, cargas minerais, pigmentos ativos, solvente ativo, balde 18 litros.	60	Embalagem	270,00	16.200,00
15 622766	Tinta cor amarela para sinalização viária horizontal, resina acrílica base de solvente, cargas minerais, pigmentos ativos, solvente ativo, balde 18 litros.	40	Embalagem	274,00	10.960,00
16 629361	Tinta cor vermelha para sinalização viária horizontal, resina acrílica base de solvente, cargas minerais,	02	Embalagem	264,00	528,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

	pigmentos ativos, solvente ativo, balde 18 litros.				
17 622185	Tinta cor azul para sinalização viária horizontal, resina acrílica base de solvente, cargas minerais, pigmentos ativos, solvente ativo, balde 18 litros.	02	Embalagem	279,99	559,98
18 622769	Tinta cor preta para sinalização viária horizontal, resina acrílica base de solvente, cargas minerais, pigmentos ativos, solvente ativo, balde 18 litros.	02	Embalagem	279,99	559,98
19 607602	Microesferas de vidro para sinalização horizontal viária – Peso mínimo 20kg. Tipo II-A (DROP-ON)	02	Embalagem	222,43	444,86
20 609422	Balizador Cilíndrico fixo de tráfego = com as seguintes características mínimas: Tipo 2 (uso permanente); Material flexível, resistente a impactos e intempéries. Fabricado em poliuretano com proteção contra raios UV; Com pino chumbador de rosca fêmea, parafusos e arruelas, todos em aço galvanizado, para fixação ao solo; Cor: amarela; Com 2 Faixas refletivas amarelas; Altura 77cm; Diâmetro: 10,5cm (base) / 8,3cm (corpo);	10	UN	159,00	1.590,00
21 609422	Balizador Cilíndrico móvel = com as seguintes características mínimas: com alça de transporte e suporte para fixação de placa; Tipo B46; Altura: 115 cm; Base: 43cm de lado e 3,5cm altura; Peso aprox: 6,8kg; Cor: laranja; Material: Polietileno semiflexível; Base: Borracha. Peso concentrado na base; Proteção contra radiações U.V;	20	UN	87,45	1.749,00
22 241461	Placa de Sinalização Refletiva de trânsito para utilizar no balizador móvel = com as seguintes características mínimas: Tamanho: 25x30cm; Chapa de aço galvanizado 18; Cores refletivas;	20	UN	45,60	912,00
23 271213	Corrente plástica de Sinalização = com as seguintes características mínimas: Cor: Amarelo e preto; Elo 9mm	200	m	4,53	906,00
24 456126	Placa Hospital / Silêncio = com as seguintes características mínimas: Em Aço galvanizado; Cores Refletivas; Tamanho: 60cm x 40cm	4	Un	62,70	250,80
25 602956	Placa de identificação de Atrativo Turístico = com as seguintes características mínimas: Escrita com nome do local (que será informado no momento da compra) e respectiva imagem de identificação; Em Aço galvanizado; Cor: Marrom; Cores Refletivas; Tamanho: 70cm x 70cm	10	UN	90,00	900,00
26 602956	Placas Indicativa de Sentido = com as seguintes características mínimas: Com 3 locais no mesmo sentido; Tamanho: 1,20 x 2m; Em Aço galvanizado; Cor: Verde; Cores Refletivas; Nomes dos locais e sentido serão informados no momento da compra.	10	UN	950,00	9.500,00
27 602956	Placas Indicativa de Sentido = com as seguintes características mínimas; Com 2 locais no mesmo sentido; Tamanho: 1,20 x 2m; Em Aço galvanizado; Cor: Verde; Cores Refletivas; Nomes dos locais e sentido serão informados no momento da compra.	10	UN	950,00	9.500,00
28 358107	Placa de Regulamentação Sentido Proibido R-3, com informação complementar = com as seguintes características mínimas: Retangular, tamanho 60cm x	6	UN	71,16	426,96



	80cm; Chapa de Aço Galvanizado 18 com furos para fixação no suporte; Cores refletivas; Informação a ser colocada na placa será definida quando for ocorrer a compra.				
29 358107	Placa de Regulamentação Siga em Frente R-26, com informação complementar = com as seguintes características mínimas: Retangular, tamanho 60cm x 80cm; Chapa de Aço Galvanizado 18 com furos para fixação no suporte; Cores refletivas; Informação a ser colocada na placa será definida quando for ocorrer a compra.	6	UN	59,00	354,00
30 358107	Placa de Regulamentação Siga em Frente R-26 = com as seguintes características mínimas: Tamanho 50cm diâmetro; Chapa de Aço Galvanizado 18 com furos para fixação no suporte; Cores refletivas	6	UN	59,00	354,00
31 243201	Placas Indicativa de local = com as seguintes características mínimas: Tamanho: 1m x 60cm; Em Aço galvanizado; Cor: Verde; Cores Refletivas	10	UN	142,50	1.425,00
32 358107	Placas de Proibido Parar e Estacionar R-6c = com as seguintes características mínimas: Chapa de aço galvanizado 18, com furos para fixação no suporte; Cores refletivas; Tamanho 50cm diâmetro.	20	UN	82,00	1.640,00
33 358107	Placas de Proibido Parar e Estacionar R-6c, com informações complementares = com as seguintes características mínimas: Chapa de aço galvanizado 18, com furos para fixação no suporte; Cores refletivas; Retangular; Tamanho 60cm X 80cm.	20	UN	82,00	1.640,00

1.2. A demanda indicada acima, refere-se ao quantitativo estimado para o período de 12 (doze) meses, por isto, a contratada compromete-se a fornecer os mesmos de forma parcelada durante a vigência contratual, conforme a necessidade do Município.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. Para sinalização das vias públicas que se encontram deterioradas ou inexistentes.

2.2. A deterioração dos componentes de sinalização ocorre por diversos motivos, dentre os quais se destacam a ação das intempéries e o efeito deletério do tempo, o que desencadeia uma série de patologias na pintura, tais como bolhas, fissuras e a consequente redução da capacidade de refletividade.

2.3. A sinalização viária destina-se a dar suporte como componente da sinalização de trânsito a fim possibilitar a melhor fluidez no tráfego garantindo a informação, a orientação e a condução do usuário com maior segurança em veículos automotores, ciclomotores, bicicletas e pedestres que circulam nas vias do Município.

2.4. Os materiais deverão atender às normas técnicas da ABNT e às resoluções do CONTRAN.

2.5. Optou-se pelo uso do Sistema de Registro de Preços, fundamentado no inciso II, do art. 40º, da Lei Federal nº 14.133/2021, uma vez que convém a este Órgão, a entrega parcelada dos produtos, de acordo com a efetivação das necessidades previstas e a disponibilidade orçamentária.

2.6. Nos termos do art. 83 da Lei 14.133/2021, “A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada”.



3. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. O objeto licitado tem natureza de bens/serviços comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.2. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses podendo ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso (Art. 84 Lei 14.133/2021).

I. A demanda refere-se ao quantitativo estimado para o período de 12 (doze) meses, por isto, a contratada compromete-se a fornecer os mesmos de forma parcelada durante a vigência contratual, conforme a necessidade do Município.

3.3. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

I. A licitante deverá apresentar os seguintes documentos para habilitação no certame licitatório:

i. Apresentar a Certidão Negativa de Falência ou de Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 60 (sessenta) dias da data designada para a apresentação do documento, quando esta não contiver data de validade, havendo mais de um cartório distribuidor deverá ser apresentado documento hábil do órgão judiciário informando o número de distribuidores;

a) Em caso de dúvida ou manifestações contrárias ao documento apresentado pelo licitante, o Pregoeiro diligenciará para sanar as divergências, sendo o mesmo inabilitado se ficar comprovado a existência de mais de um cartório distribuidor na sede da licitante;

ii. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios exigíveis e apresentáveis na forma da Lei, ou seja, registrados na Junta Comercial ou Órgão competente que comprovem a boa situação financeira da empresa:

a) Os documentos limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

b) Para comprovação da boa situação financeira, serão utilizados os seguintes indicadores mínimos para verificação da situação financeira das empresas:

$$\text{LIQUIDEZ CORRENTE: } \frac{AC}{PC} = \text{igual ou superior a 1,00}$$

Obs.: Indicará quanto a empresa possui em recursos disponíveis, bens e direitos realizáveis à curto prazo, para fazer face ao total de suas dívidas de curto prazo.

$$AC + ARLP$$

$$\text{LIQUIDEZ GERAL: } \frac{PC + PELP}{PC + PELP} = \text{igual ou superior a 1,00}$$

Obs.: Indicará quanto a empresa possui em disponibilidades, bens e direitos realizáveis no curso do exercício seguinte, para liquidar suas obrigações, com vencimento neste mesmo período.

$$PC + PELP$$

$$\text{GRAU DE ENDIVIDAMENTO: } \frac{AT}{AT} = \text{igual ou menor que 1,00}$$

Obs.: Expressará o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas, envolvendo além dos recursos líquidos, também os permanentes.

Onde: AC = Ativo Circulante; AD = Ativo Disponível; ARLP = Ativo Realizável à Longo Prazo; AP = Ativo Permanente; AT = Ativo Total; PC = Passivo Circulante; PELP = Passivo Exigível à Longo Prazo; PL = Patrimônio Líquido.

Obs.: Os índices previstos acima poderão ser substituídos por Demonstração de Patrimônio Líquido, de no mínimo 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação

3.4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

I. A licitante deverá apresentar os seguintes documentos para habilitação no certame licitatório:

i. Alvará de Localização expedido pela Prefeitura Municipal da sede do licitante;

ii. Atestado de Capacitação Técnica, que comprove aptidão para fornecimento, pertinente e compatível com a natureza do presente objeto, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, informando sempre que possível, quantidades, valores e demais dados técnicos, nome, cargo e assinatura do responsável pela informação.



3.5. DO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA:

I. A entrega do objeto contratado deverá ser feita de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, após a homologação, assinatura do contrato e emissão da Nota de Empenho, de acordo com as quantidades requisitadas, nas condições e prazos estabelecidos abaixo.

II. A nota de empenho/ordem de entrega será enviada para o e-mail informado pela empresa na proposta de preços, sendo que a empresa licitante terá no máximo 24 (vinte e quatro) horas para confirmar o seu recebimento (para então iniciar a contagem dos prazos de entrega dos produtos).

III. Os produtos deverão ser entregues na cidade de São Vicente do Sul, de segunda a sexta-feira (apenas em dias úteis) e durante o horário de funcionamento da Prefeitura, no endereço indicado na Nota de empenho, em até 15 (quinze) dias úteis após o recebimento da nota de empenho de despesa.

IV. As despesas decorrentes de frete, seguro e demais encargos e tributos competem, exclusivamente ao licitante vencedor.

V. Correrá por conta do contratado, qualquer prejuízo causado em decorrência do transporte e descarregamento.

VI. Os produtos deverão ser descarregados e armazenados em local a ser indicado pela Secretaria Solicitante, sem qualquer ônus para o Município.

VII. O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade do licitante vencedor, pelo perfeito desempenho do objeto fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, dentro do prazo de garantia.

VIII. Verificada a não conformidade na entrega dos produtos, o contratado deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, providenciando a retirada dos mesmos e o respectivo reenvio, sem ônus de frete para a Administração, que em caso de recusa estará sujeito às penalidades previstas neste termo.

IX. A nota fiscal deverá obrigatoriamente ser entregue junto com os produtos.

3.6. DA FISCALIZAÇÃO:

I. O acompanhamento e a fiscalização do objeto deste termo serão exercidos por meio de representante (s), designados pela Contratante, aos quais compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução do objeto, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, e os quais de tudo darão ciência à Contratada, conforme determina o art. 117, da Lei nº 14.133/2021:

§ 1º O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

§ 2º O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

§ 3º O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

II. Não obstante ser a Contratada a única e exclusiva responsável pela execução do objeto, a Contratante reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização.

III. Cabe à Contratada atender prontamente e dentro do prazo estipulado quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto contratado, sem que disso decorra qualquer ônus extra para a Contratante, não implicando essa atividade de acompanhamento e fiscalização qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da Contratada, que é total e irrestrita em relação ao objeto executado, inclusive perante terceiros, respondendo a mesma por qualquer falta, falha, problema, irregularidade ou desconformidade observada na execução do ajuste.

3.7. DO PAGAMENTO:

I. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do objeto licitado, mediante a apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificado, constando o recebimento, por parte do servidor responsável, designado para tal.

i. Para efetivo pagamento, na Nota Fiscal deverá constar as retenções referente ao IRRF conforme Decreto Municipal nº 081/2022 (Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234/2012).



ii. Serão processadas as retenções previdenciárias, ISSQN e Imposto de Renda, quando for o caso, nos termos da legislação vigente.

II. A nota fiscal emitida pelo licitante vencedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número da modalidade da licitação e o número do empenho, para acelerar o trâmite de recebimento do serviço prestado e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

III. O pagamento será creditado em conta corrente da empresa, através de Ordem Bancária contra qualquer instituição bancária indicada na proposta, devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

IV. Os pagamentos serão concretizados em moeda vigente do país.

V. Para execução do pagamento de que trata este subitem, a Contratada deverá fazer constar como beneficiário/cliente da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, o Município de São Vicente do Sul - RS, CNPJ nº 87.572.079/0001-03.

VI. Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao licitante vencedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

VII. Qualquer erro ou omissão havidos na documentação fiscal ou na fatura será objeto de correção pela empresa e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente regularizado.

VIII. O Município reserva-se o direito de recusar efetuar o pagamento se, no ato do atesto, o objeto licitado não estiver de acordo com a especificação apresentada e aceita neste Termo de Referência.

IX. Nos pagamentos realizados após a data de vencimento, incidirão juros de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) ao mês, calculado pro rata die até a data do efetivo pagamento.

X. A fiscalização poderá deduzir nas faturas os valores das multas porventura aplicadas pela fiscalização, e o valor dos prejuízos causados pela contratada, em decorrência da execução do objeto.

3.8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA:

I. São Obrigações da Contratante

- i.** Efetuar o devido pagamento à Contratada, nos termos do presente instrumento;
- ii.** Dar à Contratada as condições necessárias à regular execução do contrato;
- iii.** Determinar as providências necessárias quando o fornecimento do objeto não observar a forma estipulada neste termo e no contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso;
- iv.** Designar servidor pertencente ao quadro da Contratante, para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do licitado;
- v.** Cumprir e fazer cumprir todas as demais cláusulas do presente termo.

II. São Obrigações da Contratada

- i.** Fornecer o objeto de acordo com as especificações, quantidade e prazos do presente termo, bem como nos termos da sua proposta;
- ii.** Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre o objeto contratado, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos funcionários que empregar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;
- iii.** Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando, mensalmente, cópia das guias de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativas aos empregados alocados para a execução do contrato, bem como da certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);
- iv.** Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- v.** Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à Contratada o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI);
- vi.** Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários à Contratante e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução do objeto contratado;



vii. Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, o fornecimento em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado;

viii. Executar as obrigações assumidas no contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação.

ix. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contratado.

3.9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

I. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

i. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

ii. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

iii. Dar causa à inexecução total do contrato;

iv. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

v. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

vi. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

vii. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

viii. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

ix. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

x. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

xi. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

xii. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

II. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no subitem I deste termo, as seguintes sanções:

i. Advertência;

ii. Multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;

iii. Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da administração pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

iv. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

III. As sanções previstas nas alíneas “i”, “iii” e “iv” do subitem I do presente termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “II” do mesmo item.

IV. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no subitem II do presente termo.

V. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

VI. A aplicação das sanções previstas no subitem II deste termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

VII. Na aplicação da sanção prevista no subitem II, alínea “ii”, do presente termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

VIII. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “iii” e “iv” do subitem II do presente termo o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

IX. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

X. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes,



desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

XI. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

XII. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- i. Reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- ii. Pagamento da multa;
- iii. Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- iv. Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- v. Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

XIII. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “viii” e “xii do subitem II do presente termo exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

3.10. DOS CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR:

I. Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento do Contrato oriundo deste processo licitatório, ou não-aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a atrasar a entrega do veículo no local onde estiver sendo executado o objeto Licitado:

- i. Greve geral;
- ii. Calamidade pública;
- iii. Interrupção dos meios de transporte;
- iv. Condições meteorológicas excepcionalmente prejudicadas; e
- v. Outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).

II. Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pela empresa licitante.

III. Sempre que ocorrerem situações que impliquem caso fortuito ou de força maior, o fato deverá ser comunicado a Prefeitura Municipal de São Vicente do Sul/RS, até 24 (vinte e quatro) horas após a ocorrência.

IV. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 (vinte e quatro) horas antes do dia de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.

3.11. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

I. O Registro de preço poderá ser cancelado, nas seguintes hipóteses:

- i. Quando a Empresa Registrada não cumprir as obrigações da Ata de Registro de Preços.
- ii. Quando a Empresa Registrada se recusar receber as Notas de Empenho de Despesa, sem justificativa aceitável.
- iii. Quando a Empresa Registrada não aceitar reduzir o seu preço registrado se esse se tornar superior ao praticado no mercado.
- iv. Quando a Empresa Registrada solicitar o cancelamento por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou força maior.
- v. A comunicação do cancelamento do preço registrado, será formalizada em processo próprio, e comunicado por correspondência, com aviso de recebimento, assegurando o contraditório e a ampla defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
- vi. No caso de se tornar desconhecido o endereço da licitante vencedora, a comunicação será feita por publicação na imprensa oficial, considerando-se assim, para todos os efeitos, cancelado o preço registrado.



3.12. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

I. Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços registrados caso ocorra o desequilíbrio econômico financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 124, Inciso II, alínea “d” da Lei 14.133/2021: *“para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato”*.

3.13. DA EXTINÇÃO

I. As hipóteses que constituem motivo para extinção contratual estão elencadas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, que poderão se dar, após assegurados o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA:

i. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

ii. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

iii. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial as obrigações assumidas no contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação.

iv. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contratado

São Vicente do Sul, 13 de abril de 2026

Camila Brum Corrêa
Chefe do Setor de Trânsito

Patrícia Silva da Rosa Abrahão
Secretária Municipal de Finanças e Planejamento